

REQUERIMENTO Nº DE 2021 - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021, que *“Altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.892, de 13 de julho de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.482, de 31 de maio de 2007, 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.685, de 20 de julho de 1993, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 12.213, de 20 de janeiro de 2010, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.001, de 13 de março de 1990, e 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para modificar a legislação relativa ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas e das pessoas jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); revoga a Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.506, de 30 de novembro de 1964, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.431, de 24 de junho de 2011, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.”*

Proponho para a audiência os seguintes convidados:

- o Senhor Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal;
- o Senhor Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal;



- o Senhor Breno Vasconcelos, advogado e professor de Direito Tributário da FGV-SP;
- o Senhor Sergio Gobetti, economista, pesquisador do IPEA e ex-Secretário Adjunto de Política Econômica;
- o Senhor Eduardo Fleury, economista e advogado; e,
- o Senhor Clovis Panzarini, ex-Secretário de Fazenda de SP.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, promove profundas alterações na legislação do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O texto aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados propõe atualizar a tabela do IR das pessoas físicas, reduzir a tributação sobre empresas e instituir a tributação sobre lucros e dividendos.

Diante da relevância da proposição para toda a sociedade, apresentamos este requerimento, a fim de que esta Comissão de Assuntos Econômicos realize audiência pública com representantes de entidades capazes de contribuir para o debate e para o aperfeiçoamento do PL nº 2.337, de 2021.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2021.

Senador Oriovisto Guimarães



SF/21219.62326-42